

# Moçambique engajado na educação sexual abrangente

**EVELINA MUCHANGA,  
NA CIDADE DO CABO**

MOÇAMBIQUE está engajado na implementação dos compromissos regionais relacionados com a Educação Sexual Abrangente (ESA), entende a directora de programas da Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família (AMODEFA).

Ana da Silva fez este pronunciamento falando ontem, em Cape Town, África do Sul no decorrer da formação de profissionais de comunicação social e gestores de média social da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Esclareceu que, desde que o nosso país se comprometeu a implementar o Plano de Acção de Maputo e a ESA, várias acções foram levadas a cabo, entre as quais a criação de um quadro legal favorável aos direitos de saúde sexual e reprodutiva.

“O engajamento é grande. Cada passo teve o seu significado. Primeiro foi a parte das estratégias e políticas que o Governo foi desenhando, depois a concepção e a aprovação de leis. Por sua vez, houve esforço da sociedade civil para dar a conhecer

os factos reais e evidências na implementação de programas para o adolescente e jovens fazendo com que o Governo perceba o quão o problema era grave e que era preciso desenhar programas e políticas que respondam a essas necessidades”, disse Da Silva.

Avançou, no entanto, que o desafio actual é a aplicação das leis, o que, segundo ela, exige da parte do executivo a orçamentação da implementação desses instrumentos.

“Não basta que tenhamos tribunais. É preciso levar as pessoas à consciência e o significado dessas leis assim como os efeitos que se tem quando não são cumpridas”. Para a directora de programas da AMODEFA, há ainda necessidade de se expandir acções para todos os sectores da sociedade, mesmo naqueles que há barreiras na vida social e cultural como mitos em relação à educação sexual dos adolescentes e jovens.

“É preciso encontrar formas e iniciativas de trazer esta mensagem para que a sociedade consiga encontrar uma harmonia na vida do adolescente e jovem. E que este também reconhe-

ça quais são os seus deveres enquanto cidadão para não estar sempre na dependência e na situação de vítima permanente dos processos”, referiu.

O Plano de Acção de Maputo, aprovado em 2007 e revisto em 2016 pelos chefes de Estado e de Governo de

África, procura levar o continente avante na meta do acesso universal a serviços de saúde sexual e reprodutiva. O evento está a ser organizado pelo Partners in Sexual Health com o apoio da Federação Internacional para o Planeamento Familiar, a nível de África.

Notícias  
Nacional  
25.02.2020  
Pág. 06  
Ed. 30.917